

Economia de R\$ 12,9 bi para pagar juros

25 MAI 2005

dívida pública

CORREIO BRAZILIENSE

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo federal teve o melhor desempenho fiscal da história em abril, quando o superávit primário (economia para pagar juros da dívida) foi de R\$ 12,918 bilhões. Com o resultado do mês, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, anunciou ontem que a União superou em R\$ 2,654 bilhões a meta de saldo nas contas públicas prevista para os primeiros quatro meses do ano. O objetivo era de R\$ 27,8 bilhões, e o resultado final foi de R\$ 30,454 bilhões, o equivalente a 5,02% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em vez de comemorar os recordes positivos obtidos pela política fiscal, o governo tem sido discreto nos anúncios da arrecadação federal e do superávit primário. A palavra recorde está praticamente banida no vocabulário dos secretários. A estratégia ficou clara nos últimos meses: não fazer muito barulho para evitar que os bons números aumentem a pressão política pela elevação dos gastos em investimentos e, principalmente, pela liberação de emendas de parlamentares ao orçamento. "Não saberia dizer

se, descontada a inflação, o resultado de abril é recorde. É um resultado a mais. Estamos tranquilos", minimizou Levy.

O secretário atribuiu o desempenho mensal principalmente ao aumento do lucro das empresas, que impulsionou a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). "Esse desempenho está associado ao maior dinamismo da economia nos últimos meses." Segundo Levy, contribuiu também o "ritmo moderado" das despesas com a folha de pagamentos do funcionalismo público e outros gastos de custeio.

De acordo com os números do Tesouro, essa rubrica cresceu 7,4% nos primeiros quatro meses do ano em comparação com igual período de 2004. A elevação indicaria que, na verdade, as despesas ficaram estáveis em termos reais porque a inflação média subiu na mesma proporção. A avaliação é contrária à dos partidos de oposição, que chamam o governo de perdulário. Para se ter idéia do tamanho do arrocho fiscal, o resultado que mais se aproxima do de abril foi o saldo obtido em janeiro, de R\$ 8,17 bilhões.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL

Desempenho de janeiro a abril (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	25,32%	25,99%
Transferências	4,15%	4,43%
Receita Líquida	21,17%	21,56%
Despesa Total	16,53%	16,54%
Resultado Primário	4,65%	5,02%

Além disso, o acumulado nos primeiros quatro meses de 2004 foi de 4,65% do PIB, menor do que o deste ano. Apesar de a arrecadação ter superado as expectativas em R\$ 6,4 bilhões no acumulado até agora neste ano, o governo optou por liberar apenas R\$ 773 milhões dos R\$ 15,9 bilhões em gastos suspensos no orçamento – a liberação foi feita anteontem à noite. Levy explicou que não foi possível autorizar o uso de mais recursos porque as receitas adicionais foram usadas para acomodar novas despesas, como as com o socorro a emergências climáticas e ajuda humanitária (R\$ 445 milhões), transferências a estados e municípios (R\$ 2,4 bilhões), encargos

sociais (R\$ 600 milhões) e folha salarial (R\$ 670 milhões).

Segundo os dados do próprio governo, os ministérios da área social utilizaram 96,3% dos recursos a sua disposição, e os demais ministérios, 77,4%. O aperto é mais sentido nos investimentos em infra-estrutura, que vêm sendo contidos pelo governo para contribuir com o superávit. O Ministério dos Transportes, por exemplo, tinha R\$ 592 milhões para gastar até abril, mas executou apenas R\$ 390 milhões. "O gasto em obras tem sido bastante controlado neste governo, o que não quer dizer que ele não esteja sendo feito. Estamos privilegiando os projetos com retorno, que demoram mais tempo para

ser estruturados", justificou.

O secretário disse não ver razão para a meta de superávit primário de todo o setor público, que inclui estados, municípios e estatais, ser elevada. O objetivo é economizar o equivalente a 4,25% do PIB, mas alguns economistas já defendem o aumento do esforço para ajudar no combate à inflação. No ano passado, com a explosão das receitas, o governo elevou a meta para 4,5% do PIB e acabou realizando 4,6%. Levy não descartou a possibilidade de economizar "um pouquinho mais" caso a arrecadação surpreenda novamente neste ano.

Oferta

Ontem, Joaquim Levy se pronunciou sobre assuntos macroeconômicos, mais comuns na agenda do seu colega Bernard Appy, secretário de Política Econômica. O secretário do Tesouro disse não entender porque os empresários temem aumentar a oferta de produtos, visto que não há nenhuma ameaça aparente ao consumo num horizonte visível. A elevação da oferta de mercadorias ajudaria a controlar a inflação, a principal dor de cabeça econômica do governo, que vem

Rafael Neddermeyer/AE31.804



RECORDE

"O DESEMPENHO ESTÁ ASSOCIADO AO MAIOR DINAMISMO DA ECONOMIA NOS ÚLTIMOS MESES"

Joaquim Levy,
secretário do Tesouro

elevando os juros para debelá-la. "O crédito e a massa salarial estão crescendo, o mercado mundial continua aumentando, então não vejo como possa haver queda da demanda. Estudos feitos por entidades empresariais mostram que as indústrias poderiam aumentar a produção com a capacidade já instalada ou fazendo investimentos marginais. Não sei porque temem fazer isso", reclamou. "Se a oferta (de produtos) subir, sumiu o problema da inflação."